



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 29 de dezembro de 2014

No dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, na sala do 2º andar, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro, do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 – Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2015 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2015;

4.3 – Participação variável no IRS / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2015;

4.4 - Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015;

4.5 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 20.12.2013/ Para conhecimento;

4.6 - Pedido de apoio financeiro apresentado pela freguesia de Morgade, no valor de € 5.500,00, destinado a indemnizar o proprietário do palheiro que foi parcialmente destruído pelo alargamento de uma rua, em Carvalhais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.7– Pedido de indemnização formulado pelo Presidente da União das Freguesias de Meixedo e Padornelos por ocupação de terrenos baldios de Padornelos;

4.8 - Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

4.9 - Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes;

4.10 – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros. Não compareceram à chamada os deputados Ana Isabel Dias, Sandra Pinto, José Fernando Moura, Maria Clotilde Gomes, Alda Malho, José Carlos Costa, Rui Duarte e Lúcia Jorge.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Maria Clotilde Gomes, Maria de Fátima Crespo, Ana Maria Martins e António Reis.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores, António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Elsa Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro, do ano em curso.

A ata da sessão ordinária do dia 26 de Setembro de 2014 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Ana Maria Martins, Nuno Pereira e Fátima Crespo.

2 – Expediente para conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, António Ferreira, Fátima Crespo, Pedro Barroso, Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos e Ricardo Moura.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a situação financeira não se consegue ler pois os quadros são demasiado pequenos e pediu a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de modo a ser corrigida esta situação.

Felicitou o Agrupamento de Escolas de Montalegre pelos resultados no ranking das escolas. Realçou que Montalegre e Salto subiram, mas Cabril desceu. Isso pode-se dever ao facto de estarem todos os anos juntos. Disse ainda que a escola de Cabril e a escola de Ferral deveriam ser agregadas, arranjando-se um local mais adequado e criar melhores condições quer para as crianças, quer para os professores e auxiliares. Esta situação não valoriza o ensino em Montalegre e o Presidente da Câmara tem o dever de valorizar esta situação.

O deputado António Ferreira disse que duas pessoas lhe fizeram queixa de que pagariam IMI de uns terrenos no loteamento do Avelar, mas que todo o processo está bloqueado.

Falou do facto dos jornalistas locais fazerem eco da suposta falta de transparência do Município de Montalegre. Estatísticas são estatísticas e não devemos duvidar delas mas que dão que pensar, ai isso dão. Dos 308 municípios nacionais, Montalegre estar em 55º lugar, já não se fala nisso. Pergunta o que é que mudou. Afirmou que nos honra é saber que a Câmara de Montalegre não está impedida de contratar pessoal, tem as contas em ordem e uma gestão transparente.

Lamentou que a imprensa local reforce ao máximo o que está mal e agora que está em situação de excelência, ninguém fale nisso.

Disse que também ficou satisfeito com o ranking das escolas e a Bento da Cruz está de parabéns.

A deputada Fátima Crespo disse que uma noite de nevoeiro viajava para Vilar de Perdizes mas teve dificuldade em conduzir, pois a estrada não está marcada e pode provocar acidentes.

Disse que em Vilar de Perdizes está lá um buraco há imenso tempo que está a envergonhar a Câmara e a Junta de Freguesia.

Falou do projeto do jardim do contrabando que está parado e que já se tornou motivo de chacota e trata-se de um cartão-de-visita de Vilar de Perdizes.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Há um assunto que já queria trazer a esta Assembleia há algum tempo, mas que só agora vou falar pois não quero que achem que se trata de alguma questão pessoal. Trata-se dos Parques de Estacionamento/Esplanada, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

estão muito em voga em Montalegre. De facto, verifica-se que há empresas que reservam lugares de estacionamento, que depois transformam em esplanadas. Entendo que o Município deve ser mais rigoroso na atribuição e fiscalização destes lugares ou, então, deve alterar o regulamento para que contemple a possibilidade de se criarem esplanadas temporárias, em certas alturas do ano, em determinados lugares da vila. Até por uma questão de justiça e igualdade entre empresas do ramo. Mas o que deve pesar mais são as questões de segurança e também a estética.

Sei que houve uma festa de Natal de um partido político que decorreu no pavilhão multiusos e queria perguntar quanto é que esse partido pagou pelo aluguer das instalações, ou se existe um regulamento relativo ao uso deste equipamento por entidades privadas que contemple o aluguer ou o empréstimo a título gratuito.

O terceiro assunto que trago hoje já o levei à minha Assembleia de Freguesia, mas como não obtive resposta trago-o aqui, na esperança que isso aconteça: em 2012 e 2013 houve um processo que se arrastou e que culminou na famosa Lei da Reforma Administrativa, que no nosso concelho, como se sabe, foi um verdadeiro desastre. Tudo porque foi feita à laia de interesses políticos, em detrimento dos interesses das populações e de uma estratégia de desenvolvimento consolidado para esta região. Ora, houve um caso que é paradigmático, que é o do lugar da Gorda, incluído em duas freguesias. Não houve interesse político para resolver a situação, uma vez que os parques habitantes que ali residem valem poucos votos. Não se resolveu politicamente e agora está a ser resolvido na secretaria, pelas Conservatória e pelos CTT, o que é lamentável. As pessoas, que antes pertenciam a Meixedo, estão a ser “obrigadas” a irem para a freguesia da Chã, sem direito de opinião ou escolha, pois quando renovam o cartão de cidadão são automaticamente colocados nesta freguesia. E é sabido que eu apresentei uma proposta para discussão onde colocava a totalidade da Gorda na Chã, mas isso teria ser feito de outra forma, nunca desta. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O deputado Nuno Pereira disse que todos os documentos da assembleia deveriam ser enviados por mail, pois, além de se tornar mais fácil, é muito mais barato.

Perguntou ainda se há algum tipo de articulação entre as Estradas de Portugal e o Município de Montalegre pois passou em Vila da Ponte onde viu um carro dos Bombeiros Voluntários de Montalegre a deitar sal nas estradas e uns metros à frente viu um carro das Estradas de Portugal a fazer o mesmo serviço.

Falou da visita do Sr. Ministro Poiares Maduro e da intenção do Governo na municipalização da educação. Disse que se deve ter cuidado com este assunto pois é um tema muito melindroso.

Sobre o ranking das escolas, disse que há a verdade, as estatísticas e os rankings e tudo isto pode não traduzir sucesso das escolas. A colocação no ranking das escolas não significa, por si só, aumento ou incremento de qualidade no ensino. Está tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

relacionado com o número de alunos e turmas. Temos que perceber os reais contextos pois há vários contrassensos.

Com o decréscimo da população no concelho de Montalegre, pedir o agrupamento das escolas de Cabril e Ferral é de quem não percebe nada de ensino. Montalegre deve saber ao certo o que quer e valorizar os recursos humanos que tem. Não podem ser tomadas soluções imediatas. As questões de natureza economicista não podem apenas ser tomadas em conta, há outros valores que se levantam. Montalegre, nas questões de organização do ensino básico, foi pioneira, inovadora e revolucionária. Deve continuar nessa senda e pensar claramente no que quer para a educação, porque as questões de ensino não se medem por uma lógica de eficácia ou de eficiência. A qualidade da educação só cria impacto ao fim de uma geração.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que há mais de dois anos foi pedido um gradeamento em Sidrós e foi informado que esse mesmo gradeamento foi colocado noutra local a mando do Senhor Presidente da Câmara.

Disse que o caminho da Barca está intransitável e convinha ser arranjado uma vez que tem lá uma nova unidade hoteleira.

O deputado Ricardo Moura falou de uma reunião de Câmara onde a Vereadora do PSD, Elsa Minhava, votou contra um pedido feito pelo Presidente da União de Freguesias de Meixedo e Padornelos e disse que não lhe fica bem este tipo de atitude. Tudo o que seja para progresso da terra, ele está a favor e lutará sempre por ele. Por isso, afirma que Padornelos irá ter uma Casa Mortuária, quer o PSD queira ou não. Razão tinha o Dr. Paulo Cruz em afirmar que se a junta fosse PSD, a vereadora votaria a favor. Lamenta que só sejam a favor de obras em escolas que têm o fecho à vista.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, sobre o ranking das escolas, o deputado Nuno Pereira disse tudo. Não se devia politizar a educação. O ranking é para preencher as páginas dos jornais. As especificidades das escolas não têm sido tomadas em conta. Napoleão Bonaparte disse que a educação começa cem anos antes do nascimento do ser humano. Em casa, os pais devem evitar as redes sociais, a casa dos segredos, fomentar a leitura e investir na educação dos seus. A escola é essencialmente para ensinar e não para educar.

Sobre o agrupamento das escolas de Cabril e Ferral disse que não tem fundamento algum. O mal da escola de Cabril é que tem uma rotação semanal de nove professores. Era preferível ter um professor efetivo e um de apoio e não é a circunstancia de os alunos se juntarem em vários anos escolares em turma única que gera o insucesso que se regista lamentavelmente.

Sobre o IMI do loteamento disse que sabe da existência de vários problemas mas já há muito tempo deu ordens para ser acionada a caução de forma a dar-se resposta às pessoas.

Sobre o ranking da transparência dos municípios, disse que é igual ao das escolas. Nada mudou. Só lamenta que não haja eco dos bons resultados. O 55º lugar e a possibilidade de contratar pessoal é sinal boas contas.

Sobre a pintura da estrada de Vilar de Perdizes, disse que está prevista. Só ainda não se fez porque, caso se avance com a estrada Montalegre/ limites do concelho com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Chaves, a mesma contempla uma nova pavimentação e pintura em todo o percurso. Como não há cabimentação para isso, brevemente a estrada irá ser pintada.

Sobre o largo do Souto em Vilar de Perdizes, disse que já podia ter sido feito se o projeto tivesse sido aceite pela população de Vilar. Como não foi, tem que se fazer novo projeto.

Sobre o buraco nas ruas de Vilar de Perdizes, disse que deve haver má comunicação entre a Junta e a Câmara, mas isso será resolvido.

Disse que o Multiusos é de todos os Barrosões e foi cedido ao Partido Socialista como podia ter sido cedido ao Partido Social Democrata ou outro partido qualquer.

Disse que não acredita na reforma administrativa. Defende a regionalização, mas não tem fé que venha a ser feita. Não depende de nós.

Quanto à neve e ao gelo nas estradas, disse que as Estradas de Portugal e a Câmara intervêm mediante as suas responsabilidades, mas se houver necessidade podem cruzar-se.

Quanto aos documentos enviados para os membros da assembleia, deverão ser enviados todos por e-mail pelas razões que o deputado Nuno Pereira apresentou e porque realmente é um meio muito eficaz e poupa-se muito dinheiro.

Disse que a entrega da saúde e da educação às autarquias pode ser perigosa e tem que ser tudo muito bem ponderado.

Sobre o caminho que o deputado Domingos Vasconcelos falou não sabe o que é, e sobre o caminho da Barca disse que está a ser pensado.

Sobre a casa mortuária disse que brevemente estará feita e só espera que não seja ele a inaugurá-la.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Acácio Gonçalves fez uma correção ao Sr. Presidente da Câmara quando este diz que não acredita nos rankings. Não o devia dizer pois são eles que muitas vezes dão a imagem de um concelho.

Sobre o plano anti corrupção disse que foi ele que aflorou o caso na assembleia municipal. Não sabe se existe ou se não existe. O que é certo é que não aparece.

Disse que ninguém quer exigir à Câmara que intervenha na educação, mas há muitas maneiras de intervir nela. E exemplo disso é o facto da Câmara Municipal de Montalegre não se fazer representar no Conselho Geral de Escolas. É aí que se defende a educação.

O deputado Nuno Pereira disse que a questão dos rankings foi implementada pelo Jornal O Público e são feitos para legitimar o desinvestimento na educação a favor da mercantilização da mesma. Percebeu a situação da escola de Cabril pois com a rotação de nove professores por semana, percebe-se tudo. Os interesses da população são sempre interesses políticos excedendo as fações partidárias.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o plano anti corrupção existe, mas está a ser elaborado um novo. Mal esteja pronto será dado a conhecer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Pedro Barroso.

O deputado Acácio Gonçalves disse que todos sabem como é o funcionamento do Ecomuseu. Não se sabe onde começa a Câmara e acaba o Ecomuseu. Não se podem misturar hierarquias. É uma paródia administrativa porque o Ecomuseu – Associação de Barroso envolveu a Câmara e esta associou-se. Passados uns anos aparece Boticas a mandar naquilo, pois a referida associação, neste momento, é presidida pelo Engº Albano de Boticas.

Disse que as contas do Ecomuseu e da Barrosana deviam ser apresentadas na assembleia municipal. Vai exigir que lhe sejam fornecidas senão vai para o Ministério Público.

O deputado Nuno Pereira, relativamente à situação financeira do Município disse que afinal as contas estão de boa saúde, ao contrário do que andavam por aí a dizer. Realçou que a construção civil foi um alvo a abater por quem nos comanda. E isso verifica-se neste documento. Boas contas não significam desenvolvimento. Temos que evitar cair num marasmo.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente, ouvi atentamente a sua intervenção, de relato das inúmeras atividades do município, e vi com atenção o documento que foi entregue. No entanto, e, acredito que por lapso, não ouvi ou encontrei no documento nada sobre aquela que era uma das medidas mais extraordinárias deste executivo que, inclusive, deu origem a uma série de entrevistas mediáticas e que agora, de repente, morreu! Falo da plantação e oferta de couves pelo município. Afinal isto teve o mesmo valor que aquele que o Presidente atribuiu aos rankings. Há quem diga que até houve pessoas que este ano não comeram couves no Natal devido a esta falha da Câmara, o que é grave. Ou será que o cozido deste ano divulgado em vários eventos e na RTP foi servido com couve galega? Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o deputado Pedro Barroso tem o condão de nos fazer rir. Ele sabe que a missão da Câmara não é fazer, antes é dar instrumentos e as pessoas agarrem as ideias. A Câmara abre caminhos. Assim se fez com a feira do fumeiro. Assim se vai fazer com a batata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse ainda que concorda que as boas contas podem traduzir-se num marasmo, num atraso. O Salazar também tinha boas contas e o País estava como estava. Não se admirem que a Câmara venha a recorrer à banca.

Disse que o Ecomuseu tem uma hierarquia e admite que haja pessoas que não a respeitem. É uma Associação que apresenta as suas contas aos associados, e não é ninguém de Chaves ou de Boticas que comanda. Vai dispensar que o deputado Acácio Gonçalves vá ao Ministério Público. A seu tempo lhe fará chegar as contas das referidas associações.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a Câmara é associada efetiva do Ecomuseu desde 15.12.2008 e por isso deve apresentar contas ao povo.

Disse que a Associação é um conluio pois os órgãos sociais podem ser remunerados. Os dinheiros públicos não podem ser canalizados de qualquer maneira.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2015 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Nuno Pereira, Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado Nuno Pereira disse que a relação autoritária com o poder local evidencia um retrocesso de 40 anos. Não concorda com o empreendedorismo que a Câmara defende pois parece que “ou te desenrascas ou não tens mais nada”. Deviam pegar nos produtos locais, economizá-los e lançá-los para os mercados. A Câmara devia ser uma incubadora de empresas.

O deputado Acácio Gonçalves fez um reparo ao plano pois não consta um bem essencial para a população de Montalegre – a central de camionagem. A central de camionagem é uma vergonha e ninguém faz nada por aquilo. Os autocarros chegam e não há quem receba e entregue as encomendas. Esta situação causa uma má imagem. Disse que não podemos admitir que um autocarro venha de Braga e pare na Venda Nova, que arranquem fora de horas. É uma bandalheira e alguém com responsabilidades tem que intervir neste sentido. Há tantos estagiários que poderiam ir para lá e melhorava-se a imagem da autarquia.

O deputado entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Exma. Mesa da Assembleia, Meus Senhores e Minhas Senhoras: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS (Juntos por Montalegre) vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

apresentar a sua apreciação ao plano e orçamento para 2015 e ao mapa de pessoal: 1- o orçamento e PAM e PPI, sendo um documento técnico, sem objetivos definidos, atribuindo-se verbas “ad hoc” e a belo prazer, com opções mal definidas e excessos que deveriam ser repartidos de maneira a poder estimular a maior parte do concelho onde não se verifica qualquer investimento; 2 – um plano demasiado empolado em que as percentagens de realização serão muitíssimo baixas; 3 – o mapa de pessoal, é mais um mapa numérico que se vai votar sem conhecimento da realidade, onde não constam o nome das pessoas (por isso se chama pessoal); 4 – confrontando o anterior com o mapa de 2015 verifica-se o seguinte: mapa de pessoal (Gabinete Integrado de Serviços da Presidência) 1 – por mais estranho que pareça, houve limpeza nos postos de trabalho em serviços dependentes do Presidente, sendo eliminado o posto de trabalho de relações públicas e protocolo ocupado por uma técnica superior numa das áreas funcionais mais importantes de qualquer gabinete presidencial, sabe-se lá porquê! Mas gostávamos que o Sr. Presidente nos explicasse o que aconteceu ou será que o protocolo já desapareceu das suas amizades e assim com as amizades protocolares da espécie opta pela extinção. Gostaríamos que fosse concreto, claro e conciso; (gabinete de promoção e apoio às atividades económicas e turismo) 2 – desapareceu a categoria de assistente técnico administrativo eliminando dois postos de trabalho do quadro de pessoal um que estava ocupado e outro estava livre, o que vem confirmar a afirmação numa das últimas sessões desta assembleia de que o Sr. Presidente da Câmara não acredita em economistas e pouco ou nada em técnicos licenciados em Turismo, até que este gabinete que é coordenado por uma técnica superior sem habilitações para o efeito entrou encapotada e espoliada apoiada por bastidores que continuam a dar cobertura a nível de cumprimento de horários e funções extrafuncionais; assim, porque há razões que a razão desconhece e o Sr. Presidente deverá dar explicações por obrigação da função que desempenha a respeito desta situação; (Departamento de Administração Geral e Finanças) 3 – foi eliminado o lugar livre e ocupado mais um lugar de Assistente Técnico Administrativo e Financeiro passando de 8 para 9 lugares, supostamente haveria trocas de cadeiras, mas na dúvida e porque o executivo assim quer e esta assembleia assim permite ao deliberar aprovando um quadro de pessoal que como a palavra quer dizer respeito a pessoas e não a números, porque senão seria um quadro numérico, por isso deixo mais uma vez a proposta a este executivo e para não ser obrigado o Sr. Presidente a responder maçadoramente às perguntas de quem é determinada pessoa que vai sair daquele quadro ou entrar, chama-se a isto transparência que tanto se fala no dia a dia; foi criado um lugar livre de Assistente Operacional Administrativo e se está livre deve ser submetido a concurso de conformidade com a lei e não servir apenas para atrair eleitorado com manobras de bastidores; (Divisão de Ordenamento do Território, Obras e Recursos Operacionais) 4 – A carreira de Assistente Técnico Administrativo foi extinta e o lugar livre que nunca foi ocupado ... sabe-se lá porquê!; na carreira de Assistentes Operacionais verifica-se nos postos ocupados uma quebra significativa de 18 lugares; serão aposentados ou já está a mobilidade em funcionamento, espero que se deva a outros motivos; o Chefe de Divisão continua livre, já não deve haver concursos ou então será que o concurso que aprovou esta Assembleia em 28/06/2013 e o júri no executivo em 2/12/2013 não aceitou a proposta; (Divisão De Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos) 5 – O Chefe de Divisão continua livre pelos mesmos motivos que desconhecemos; diminuíram dois lugares de assistente técnico, 1 lugar ocupado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

outro livre; na divisão anterior (DORTOMBRO), houve quebra nos postos de Assistentes Operacionais (18), mas nesta divisão houve aumentos significativos ou permutas na ordem de 13 lugares ocupados e 2 livres; (Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desporto) 6 – o Chefe de Divisão ocupa o lugar em comissão de serviço, gratuita ou remunerada e porque?; a eliminação de Técnicos Superiores afetos ao Agrupamento de Escolas de Montalegre, nas atividades de enriquecimento curricular (inglês, Educação física e Lúdico-expressiva) reduzindo os lugares ocupados e livres de 10-1 para 6-8 não se compreende, pois as negociações com o Ministério da Educação deveriam ser mais eficazes pois quem é atingido aqui são os próprios alunos e assim todos ficamos a perder a nível do ensino básico; a nível do Ecomuseu a chefia da unidade continua à espera do Messias; o concurso aprovado pelo executivo e nesta Assembleia Municipal não teve seguimento, qual a razão? Não haverá funcionários com o perfil adequado para o desempenho de funções?; já agora o Senhor Presidente deverá informar esta Assembleia qual o motivo porque aquele Espaço padre Fontes, não existe separação física do que é Associação de Desenvolvimento da Região de Barroso, presidida por um ilustre cidadão de Boticas Eng^o Albano e que adotou a designação de Ecomuseu – Associação de Barroso, da Unidade orgânica de 3^o grau do Município de Montalegre designada também como Ecomuseu. Essa Associação foi criada sem fins lucrativos, existem sócios efetivos. Honorários e aderentes; pergunta-se: a) Quem é que está associado à Associação e qual a qualidade dos associados? b) Alguém do Conselho de Administração é remunerado? A que título. c) As transferências para esta Associação têm sido controladas e tornadas públicas? D) o art.º 9º dos estatutos dessa associação determina que os órgãos sociais poderão ser remunerados; E) Dirijo-me ao executivo municipal como associado pessoa coletiva pública e até à presente data (desde que foi aprovada em reunião de executivo em 15/12/2008) nunca apresentou o relatório de contas para verificação desta Assembleia Municipal que é legal; F) Como o funcionamento é no mesmo edifício é natural que os 75.000,00€ despendidos pelo executivo para funcionamento do Ecomuseu se misturem e confundam entre a Associação – Ecomuseu e o Ecomuseu – Unidade orgânica do Município, a título de exemplo uma despesa faturada tanto é para a associação como para o município, é precisamente para quem dela necessita.

Fazendo uma apreciação genérica para justificação de voto contra este documento é de salientar o seguinte: saneamentos poucos e os que ficaram arrastam-se eternamente como será o caso especial de Padornelos; prevê-se uma despesa na ordem de meio milhão de euros no PPI em Parafita, Vila da Ponte, Solveira, Meixide, Morgade e Vilarinho de Negrões, sendo que em Parafita e Vilarinho de Negrões vão ser gastos na duas aldeias em 2015 – 2.000,00€; Apoio à habitação social para 2015 – 320.000,00€, não se sabe bem a quem; Pista automóvel – mais de 150.000,00€ de manutenção e algumas obras para quem utiliza gratuitamente aquele bem agradecer; A urbanização da sede do Concelho agora passou para Salto com o investimento. Em requalificação de Salto em 150.000,00€, no Ecomuseu 50.000,00€, Pavilhão de salto em 998.000,00€, parque temático da Borralha 261.000,00€, Bombeiros 71.000,00€, Associação Borda d'Água 31.000,00€ e Semana do Barrosão 25.000,00€, sendo um investimento total de 1.586.000,00€.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhor Presidente, nós sabemos que Salto precisa de muito mais, mas os meios orçamentais têm de ser repartidos, porque o que está a fazer em Salto todo o concelho precisa, nomeadamente algumas aldeias parecidas com Salto.

Então o pavilhão de Salto não é construído com Fundos Comunitários? Tanta urgência em reunir esta Assembleia extraordinariamente para levar o projeto em mão a Lisboa e agora vamos supotar cem por cento do investimento! Quem será o felizardo que vai adjudicar a obra!; As festas do concelho que já deixaram de ser do Sr. da Piedade não foram contempladas pelo protocolo da EHATB? Só vão ser gastos como festas concelhias uns escassos 95.000,00€? Mas até está bem, o ano passado já não brilharam e nesse mês de agosto até podem ser substituídas pela Sra do Pranto da Vila de Salto; As festas do concelho, digo Sr. da Piedade, por serem concelhias já foram ultrapassadas pela Feira do Fumeiro que está previsto gastar 97.500,00€, pela sexta 13, que também está previsto gastar 270.000,00€ e pela Volta a Portugal em Bicicleta, 134.950,00€; Em ação social vão se gastar 366.000,00€ mas não se refere a que tipo de ação social, gostaríamos de saber, já que é muito amplo o campo da ação social; a Santa Casa da Misericórdia vai levar 663.000,00€ (265.000,00€ subsídio do Município, 250.000,00 para a UCC e 148.000,00€ suporte e muro do edifício); o maior bolo é para a proteção de crianças e jovens e apoio a extratos sociais desfavorecidos e jovens com 31.000,00€. Finalizo sem comentários. Montalegre, 29 de dezembro de 2014. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves."

O deputado Pedro Barroso disse que a posição do PSD sobre o Plano de Atividades e Orçamento. No entanto, antes, apresentou algumas observações pessoais para mostrar como o considero pouco equilibrado. Por exemplo, estão previstos 180 mil euros para a animação da Pista Automóvel (para além de mais 150 mil para manutenção), que é o mesmo valor que está destinado ao apoio à produção pecuária.

No desporto, o CDC Montalegre recebe 50 mil euros, enquanto o GD Vilar de Perdizes recebe apenas 45 mil. E o Vilar até tem dado exemplo de com menos fazer tanto ou mais que o Montalegre, sobretudo ao nível das camadas jovens e do futsal. Por falar disto, sabemos que foi feita a candidatura para o piso sintético do campo do Montalegre, mas esse já tem relvado e, por isso, talvez fizesse mais sentido equipar o campo do Vilar com esse tipo de relvado.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: " Proposta de aprovação de documentos previsionais para o ano económico de 2015. Relativamente à proposta de aprovação de documentos previsionais para o ano económico de 2015 a bancada do PSD considera que a política económica subjacente à governação socialista é uma política sem visão estratégica em que não são tomadas medidas operacionais para inverter o rumo de um concelho despovoado e sem qualquer tipo de capacidade política para a retenção de pessoas e empresas.

Desta forma, o PSD considera que para inverter o atual rumo terão de ser tomadas medidas concretas que visem o emprego e as pessoas tais como: incentivos à natalidade, cativação de novos residentes, incentivo fiscal às famílias (através da abdição da componente varável do IRS), apoio financeiro a projetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

empreendedores (como por exemplo apoio financeiros aos melhores planos de negócio do programa co-empreeende), isentar de derrama as empresas com domicílio fiscal em Montalegre, rever o regulamento de concessão de lotes em zonas industriais de forma a permitir a expansão ou fixação de empresários, etc.

De salientar que se verifica uma descida do orçamento na casa dos 2.5 milhões de euros. Acresce o facto de haver um aumento de transferências do orçamento de estado para Montalegre no valor de 472 mil euros, sendo que após deduzida a contribuição para o FAM no valor de 177 mil euros, ainda restam 350 mil euros de aumento. A que se deve portanto tal redução?

No campo das despesas, verificamos um peso assinalável na rubrica das aquisições de bens e serviços, representam 26,9% no total das despesas previstas. De salientar a rubrica outros que assume um valor de mais de 1.1 milhões de euros, o que não podemos deixar de referir.

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), de salientar que a grande aposta do atual elenco socialista é a rubrica do desporto, recreio e lazer com 1 milhão de 268 mil euros. Não nos parece que esta área seja uma área estratégica e de aposta onde possa assentar o desenvolvimento do concelho que os nossos cidadãos tanto anseiam. Será que é aqui que vão ser criados empregos? Quantos e quais?

Denote-se que a rubrica agricultura, pecuária e silvicultura, caça e pesca foi contemplada com 1000 euros, já com 2500 euros foi contemplada a rubrica de investimento em comércio e turismo. Tendo em conta a promessa eleitoral de aposta na agricultura, a verba atribuída representa muito pouco.

Não discordando de investimentos pontuais, sobretudo ao nível das freguesias, no global dos documentos a bancada do PSD vai votar contra a "Proposta de aprovação de documentos previsionais para o ano económico de 2015". Assinado, o deputado Pedro Barroso."

O Senhor Presidente da Câmara disse que se trata de um documento técnico e admite que haja visões políticas diferentes mas não distorcidas. Trata-se da forma como o executivo socialista vê e analisa o concelho e os resultados eleitorais provam que o Partido Socialista está a analisar bem.

Disse que a Câmara Municipal de Montalegre é reconhecida por investir na cultura. A cultura é uma indústria, gera dinâmicas e gera proventos na atividade económica local e os comerciantes locais tiram proveitos disso.

Disse que em Salto houve uma panaceia porque no spot da Feira do Fumeiro apareceram mais os da Venda Nova do que os de Salto. Somos tão poucos que devíamos aparecer todos unidos para sermos mais fortes. Assim ninguém se entende.

Disse que o Clube Desportivo e Cultural de Montalegre e o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes recebem exatamente a mesma quantia uma vez que estão os dois no mesmo patamar competitivo.

Disse que a candidatura ao piso sintético de Montalegre morreu à nascença. Por questões meramente processuais e de conceção. Os projetos têm que ser pensados de acordo com a sua longevidade.

Disse que é contra a atribuição de subsídios à natalidade, porque não constituem estímulo algum à procriação. A questão é mais vasta e profunda. Vamos canalizar verbas para apoios sociais e recuperação de habitações carenciadas onde o dinheiro será bem aplicado e as pessoas se sentirão gente de verdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o projeto co- empreende está ser tutelado e desenvolvido em parceria com a Universidade do Minho, a EDP e o Município de Montalegre. Este projeto teve uma adesão muito forte. É o eco que nos chega ao ponto de estar em preparação uma segunda experiencia de montante financeiro igual e a envolver nova equipa de jovens. Do conjunto de iniciativas apresentadas apareceram doze projetos de respeito que podem vir a ter muito sucesso. A Universidade do Minho acompanha, encaminha e delinea estratégias de Marketing.

Disse que gostaria que o deputado Acácio Gonçalves respeitasse a população de Salto donde não sai a mendigar o voto. Assim, não se descredibiliza e será escusado lá voltar. Já matou há muito a semente e só espero que a representante de Salto a integrar no seu grupo Municipal se sinta ofendida com os seus considerandos e atue futuramente em conformidade. O pavilhão Multifunções de Salto só avança se se conseguir financiamento através do pacote financeiro designado Overbooking.

Disse que os valores atribuídos às associações já vêm de há muitos anos atrás. Ele não alterou nada. Estão também discriminadas as verbas do empréstimo para a Unidade de Cuidados Continuados.

A requalificação de Salto foi iniciada há uns atrás e vai continuar independentemente de quem venha a ser o empreiteiro. Nem as pessoas de Salto vão ser prejudicadas porque o Presidente da Câmara é de lá. Se se referia a alguém próximo de si, apenas lhe lembrará que ninguém será ser prejudicado por se apresentar como seu familiar. Há várias fases da obra que estão por concluir e algumas avançarão muito brevemente.

Disse que estão referenciados cinco saneamentos no plano e mesmo assim reclamam. Perguntou por onde andava o Senhor Deputado Acácio Gonçalves para não valorizar o investimento iniciado.

Sobre a questão da contratação de pessoal, disse que tem pena de não poder dar resposta aos anseios de quem procura emprego. Os lugares vagos são para colmatar I necessidades visíveis e prementes. A Câmara neste momento não tem coveiros e vamos aproveitar esta janela aberta para os contratar.

Sobre as AEC´s, disse que se as turmas diminuem automaticamente diminuem o número de professores. É a matemática na sua expressão mais simplista.

Disse que nunca houve nenhum concurso para o Ecomuseu e que ninguém é remunerado. E é normal que os estatutos o prevejam.

É acusado de ter empolado o plano de atividades, mas contraria essa afirmação uma vez que se trata de um plano bastante realista.

Disse que as meninas dos olhos do deputado Acácio são o matadouro e o Ecomuseu. Quando uma coisa está mal deve-se dizer como é o caso da central da camionagem, embora já esteja a ser elaborado um projeto para lá. É um projeto que, com ou sem fundos comunitários, vai avançar como centro associativismo e empresarial tendo sempre um espaço para a receção de encomendas e passageiros.

A rubrica "outros" é uma rubrica que tem que ficar em aberto para projetos que tenham abertura para fundos comunitários.

É um plano social e politicamente responsável e lhe deu muito orgulho fazer.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves e Nuno Pereira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que faz aquilo que lhe compete como membro da Assembleia Municipal. Se incomoda alguém, isso ultrapassa-o.

Disse que o Senhor Presidente da Câmara levantou aspetos pessoais que nunca pensou que fosse capaz de os levantar e de os tornar públicos.

Disse que os empregos são para os socialistas como o Presidente, na altura candidato à Câmara, afirmou perante a opinião pública.

O protocolo que a Câmara tem com a Misericórdia de 18.000 euros é com a banca, mas ele fala é de outros subsídios. Não inventa números.

Sobre o empreiteiro beneficiário das obras entregues pela Câmara apenas disse que se trata de um felizardo.

O saneamento de Padornelos foi começado e não foi acabado e não sabe porquê.

Disse que o quadro de pessoal é diferente de mapa de pessoal, mas depende da perspetiva. Se o quisermos enquadrar é um quadro, senão é um mapa. O que se pretende é sonegar os nomes.

Sobre o matadouro, disse que está em estado de falência, a Cooperativa já foi e a nova cooperativa irá também.

Não se admite que uma funcionária tenha liberdade para trabalhar em casa quando os outros são obrigados a ir para o local e se o funcionário se ausenta meia hora, é-lhe imediatamente levantado um inquérito. O Senhor Presidente da Câmara ainda se assume como socialista.

Sobre a central de camionagem, disse que façam o quiserem com ela desde que lhe dêem um fim.

O deputado Nuno Pereira disse que ele próprio também trabalha, oficialmente, em casa. Hoje em dia não é uma coisa inaudita.

Disse que a economia não faz parte das ciências exatas e transformar o orçamento e plano, que é um instrumento político, num documento técnico só pode resultar em discursos tristes. Tem que se analisar o documento numa perspetiva política.

Os períodos de intervenções não devem ser para chatear as pessoas.

Disse que co-emprende é um chavão que legitima uma deriva anti social que deve terminar mas a própria Câmara pode aproveitar para criar emprego e ser interventiva e incubadora de empresas.

O Senhor Presidente da Câmara concorda com a intervenção do deputado Nuno Pereira e agradeceu o apelo à objetividade das intervenções. E a melhor forma de objetivar as intervenções é manifestar respeito por cada um e ter respeito pela digna assembleia.

Disse que nas câmaras socialistas de Portugal, não há funcionário nenhum que se ausente meia hora do seu local de trabalho e que lhe seja levantado um inquérito.

Disse que o organograma da Câmara já existe há muito tempo e o deputado Acácio Gonçalves já devia ter conhecimento dele.

Em nome da objetividade, terminou dizendo que o apoio dado à Santa Casa da Misericórdia resulta do facto não pode ser pago pela Câmara ao banco. A Câmara faz chegar mensalmente, através de protocolo de atribuição de subsídio, o dinheiro à Santa Casa da Misericórdia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: A proposta de aprovação de documentos previsionais para o ano económico de 2015 - Opções do Plano de Atividades foi aprovada por maioria com seis votos contra dos deputados Sofia Fernandes, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Albertina Lopes, Domingos Vasconcelos, Carla Ferreira e com duas abstenções dos deputados Isabel Cosquete e Joaquim Babo.

Deliberação: A Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2015 foi aprovada por maioria com sete votos contra dos deputados Sofia Fernandes, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Albertina Lopes, Domingos Vasconcelos e Carla Ferreira e Marco Sousa.

4.3 – Participação variável no IRS / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado Acácio Gonçalves disse que é uma esmola envenenada quando um bolo que tem que ser repartido para vinte é repartido por cinco. Acha muito bem que a Câmara não receba os 5% porque o que envenena o pobre é melhor não o receber.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “A bancada do PSD vota contra a presente proposta, dado que considera que a abolição da componente variável do IRS representaria uma medida que promove e facilita a fixação de pessoas no concelho de Montalegre, acresce o facto que esta mesma rubrica tem um valor diminuto na consecução do orçamento, pelo que defendemos que deveria ser encarada como um investimento nas pessoas que por cá geram economia, na competitividade do município e na sua capacidade de atração de residentes. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

Deliberação: Aprovada por maioria com um voto contra do deputado Pedro Barroso.

4.4 – Autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a assembleia de acordo com informação em anexo.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.5 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 20.12.2013/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a assembleia de acordo com informação em anexo.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 - Pedido de apoio financeiro apresentado pela freguesia de Morgade, no valor de € 5.500,00€ destinado a indemnizar o proprietário do palheiro que foi parcialmente destruído pelo alargamento de uma rua, em Carvalhais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a assembleia de acordo com informação em anexo.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.7– Pedido de indemnização formulado pelo Presidente da União das Freguesias de Meixedo e Padornelos por ocupação de terrenos baldios de Padornelos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos e Pedro Barroso.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que é de louvar a casa mortuária em Padornelos mas usar contrapartidas do uso de terrenos da pista não é certo ou então devia alargar a outras freguesias. Devia ser dado o dinheiro mas não em condição de contrapartida.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Neste ponto acho que há duas questões muito distintas para debate: O apoio do Município para a construção da casa mortuária de Padornelos e a cedência de terrenos para a Pista automóvel, que deve ser paga.

Em primeiro lugar, e se a Câmara acha que faz sentido apoiar a construção da casa mortuária (e eu acho), esta deverá ser feita sem contrapartidas. Para Padornelos e para outras aldeias que precisem de um equipamento destes. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

infelizmente, atualmente é uma situação comum no Barroso, fecham-se escolas e abrem-se casas mortuárias.

Por outro lado, o Município recebeu terrenos de Padornelos e Meixedo para a construção da Pista automóvel, que a meu entender também devem ser pagos. Sei que com Meixedo foi estabelecido um contrato de cedência de 5 hectares por 5 mil contos, na moeda antiga. Depois a Câmara acabou por “se servir” de mais outro tanto terreno e não terá pago mais nada. A Padornelos não sei se já foi paga alguma quantia.

Assim, acho que se deve fazer um levantamento da totalidade de terreno ocupado, e dar-lhe um valor de tabela e a Câmara pagar o justo valor. Se calhar até será bem mais que os 35 mil euros agora pedidos. E com certeza que o meu Presidente (de Junta) irá fazer esse levantamento. Assinado, o deputado Pedro Barroso.”

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.8 - Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.

O Senhor Presidente da Câmara informou a assembleia de acordo com informação em anexo.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.9 - Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes.

O Senhor Presidente da Câmara informou a assembleia de acordo com informação em anexo.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.10 – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se a batata está armazenada, se os produtores entregaram a batata toda e quantas toneladas se produziram.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a batata está bem armazenada, que os produtores entregaram tudo e colheram-se perto de 70 toneladas.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas